

# Sumário

Lista de abreviaturas . . . . .	17
Apresentação . . . . .	19
Introdução . . . . .	25
<b>1. Origens e precedentes históricos do instituto. A legislação comparada . . . . .</b>	<b>27</b>
1.1. A gênese do instituto . . . . .	27
1.2. O instituto na legislação brasileira . . . . .	30
1.3. Notas sobre o direito comparado . . . . .	33
1.3.1. A legislação uruguaia . . . . .	35
1.3.2. A legislação argentina . . . . .	35
1.3.3. A legislação portuguesa . . . . .	36
1.3.4. A legislação espanhola . . . . .	37
1.3.5. A legislação alemã . . . . .	38
1.3.6. A legislação italiana . . . . .	39
<b>2. A inserção do tema no sistema penal . . . . .</b>	<b>41</b>
2.1. Do concurso de crimes . . . . .	41
2.1.1. Do concurso material . . . . .	44
2.1.2. Do concurso formal . . . . .	45
2.1.3. Do crime continuado . . . . .	53
2.2. Os sistemas de aplicação de pena . . . . .	55
2.2.1. Introdução . . . . .	55
2.2.2. O sistema do cúmulo material . . . . .	56
2.2.3. O sistema do cúmulo jurídico . . . . .	56
2.2.4. O sistema da absorção . . . . .	57
2.2.5. O sistema da exasperação . . . . .	57
2.3. A posição brasileira . . . . .	58
<b>3. A natureza jurídica do instituto . . . . .</b>	<b>59</b>
3.1. Aspectos gerais . . . . .	59
3.1.1. A teoria da ficção jurídica . . . . .	59
3.1.2. A teoria da unidade real . . . . .	60
3.1.3. A teoria da unidade jurídica . . . . .	61
3.2. A posição brasileira . . . . .	61

<b>4. Crimes e institutos jurídico-penais similares ao crime continuado</b> . . . . .	65
4.1. Breves considerações . . . . .	65
4.2. O delito permanente . . . . .	65
4.3. O delito habitual . . . . .	66
4.4. O delito complexo . . . . .	71
4.5. O delito progressivo. A progressão criminosa . . . . .	71
4.6. A reincidência . . . . .	73
4.7. A <i>aberratio ictus</i> plurilesiva . . . . .	74
4.8. O delito coletivo . . . . .	75
4.9. Os delitos qualificados com duplicidade de resultados . . . . .	77
4.10. O crime continuado e o concurso aparente de normas penais . . . . .	77
4.11. Considerações finais . . . . .	81
<b>5. Dos requisitos configuradores do instituto</b> . . . . .	83
5.1. Conceito geral . . . . .	83
5.2. Do elemento subjetivo unificante. Teorias . . . . .	84
5.2.1. Da teoria subjetivo-objetiva . . . . .	84
5.2.2. Da teoria objetiva . . . . .	88
5.2.3. Da teoria subjetiva . . . . .	91
5.2.4. A posição brasileira . . . . .	92
5.2.5. Críticas . . . . .	93
5.3. Da pluralidade de ações e unidade de delitos . . . . .	96
5.4. Dos crimes da mesma espécie . . . . .	101
5.5. Da conexão temporal . . . . .	110
5.6. Da semelhança de lugar . . . . .	113
5.7. Da maneira de execução . . . . .	117
5.8. Das demais condições marcadas pela semelhança . . . . .	118
5.9. Observações finais . . . . .	119
<b>6. Aspectos gerais</b> . . . . .	121
6.1. O crime continuado e a Lei nº 9.099/95 . . . . .	121
6.2. O critério de aumento da pena . . . . .	124
6.3. O crime continuado e a pena pecuniária . . . . .	125
6.4. O crime continuado e os bens personalíssimos . . . . .	128
6.5. O crime continuado e a prescrição penal . . . . .	131
6.6. O crime continuado e a sucessão de leis . . . . .	133
6.7. Crime continuado: a razão do instituto . . . . .	141
6.7.1. As diferentes teorias . . . . .	141
6.7.2. A teoria da benignidade . . . . .	141
6.7.3. A teoria da utilidade processual . . . . .	142
6.7.4. A teoria da mitigação da culpabilidade . . . . .	142
6.7.5. Críticas . . . . .	144
6.8. O crime continuado e a coisa julgada . . . . .	145
6.9. O crime continuado e a jurisprudência . . . . .	147
<b>Conclusões</b> . . . . .	153
<b>Bibliografia</b> . . . . .	159